

Esalq participa de mobilização contra novo Código Florestal

Estudantes participarão de caravana a Brasília. Ontem, o deputado federal Ivan Valente (PSOL) esteve na cidade e disse que "só a opinião pública poderá reverter o quadro atual"

O deputado federal pelo PSOL Ivan Valente esteve ontem no Departamento de Engenharia Florestal da Esalq, reunido com o professor Marcos Sorrentino, lideranças am-

bientistas e alunos da instituição, para reforçar a mobilização dentro da universidade contra as mudanças no Código Florestal. Para o final da tarde, estava previsto um debate so-

bre o relatório do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB), que endossa as alterações propostas no novo Código, cujo projeto está previsto para entrar na pauta de votação na Câ-

mara dos Deputados ainda em abril. No entender de Valente, somente a opinião pública poderá reverter o quadro atual, em que a maioria dos deputados fecha com os ruralistas. A4



Marcos Sorrentino, professor da Esalq, e o deputado federal Ivan Valente, do PSOL, que participou ontem de debate na escola agrícola

Daniel Damasceno

Alunos da Esalq vão a Brasília contra o novo código

Convite para a caravana foi reforçado pelo deputado federal Ivan Valente (PSOL) ontem, durante debate no Departamento de Eng. Florestal

RomualdoCruzFilho
romualdo@tribunatp.com.br

O deputado federal pelo PSOL Ivan Valente esteve ontem no Departamento de Engenharia Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) reunido com o professor Marcos Sorrentino, lideranças ambientalistas e alunos da instituição, para reforçar a mobilização dentro da universidade contra as mudanças no Código Florestal.

Para o final da tarde, estava programado debate sobre o Relatório do deputado federal Aldo Rebelo, que endossa as alterações propostas no novo código, cujo

projeto está previsto para entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados ainda em abril. No entender de Valente, somente a opinião pública poderá reverter o quadro atual, em que a maioria dos deputados fecha com os ruralistas.

O convite de Ivan Valente é para que os alunos estejam em Brasília nos dias 6 e 7 de abril e engrossem o ato público do MST e da Via Campesina. Ele chegou a insinuar que a viagem fosse antecipada para o dia 5, quando está prevista manifestação de agricultores favoráveis à atualização do código, apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura

(CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM).

"Quanto mais massa crítica, melhor. Com massa muscular, melhor ainda", disse o deputado do PSOL, deixando entender possibilidade de confronto em praça pública entre opositores.

Estão previstos pelo menos dois ônibus da Esalq. Um grupo de sete alunos está organizando a viagem com apoio da Associação dos Docentes da USP (Adusp), DCE e ONGs como SOS Mata Atlântica. Para levantar fundos, os estudantes estão vendendo camisetas e adesivos. De acordo com Marcele Almeida da Silva, do 4º ano de engenharia florestal, Mário

Mantovani, diretor de Políticas Públicas, disse que fundação estava disposta a bancar um dos ônibus.

A previsão de Kátia Abreu é reunir pelo menos 20 mil produtores e empresários rurais e também representantes de outros setores da sociedade na manifestação. Ela tem ressaltado na imprensa que, caso não sejam votadas e aprovadas alterações urgentes no Código Florestal vigente, a maioria das propriedades rurais brasileiras permanecerá na ilegalidade. "Um decreto generalista considera 99% dos proprietários rurais criminosos ambientais. Eles vão ter que provar que desmataram antes das leis de proteção



Daniel Damasceno

Alunos da Esalq se organizam para ir a Brasília contra o novo Código Florestal

ambiental", criticou.

Segundo ela, grande parcela das atividades agrícolas que já estão sendo desenvolvidas no país ficará inviabilizada em função da necessidade de abandonar áreas atualmente utilizadas

para o plantio, (que teriam de compor a Reserva Legal), ou pelas crescentes dificuldades de obter licenciamento e acessar financiamento para as áreas produtivas, ou, ainda, pela insegurança jurídica gerada com a atual legislação.